



Estado de Pernambuco

Fundo Previdenciario do Municipio de Igaracy

C.N.P.J.: 05.480.417/0001-12

PC ANTONIO RABELO

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP

ANEXO 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - ANALÍTICO - DCASP

Lei nº 4.320/64 (NBC T 16.6)

DEZEMBRO/2022

Demonstração das Variações Patrimoniais - Modelo Analítico

Nota	Exercício Atual 31/12/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	0,00	
Taxas	0,00	
Contribuições de Melhoria	0,00	
Contribuições		
Contribuições sociais	5.375.734,44	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Vendas de Mercadorias	0,00	
Vendas de Produtos	0,00	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	
Juros e Encargos de Mora	0,00	
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	27.958,44	2.000,00
Aportes do Banco Central	0,00	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	
Transferências e Delegações Recebidas		
Transferências Intragovernamentais	632.626,26	693.820,49
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc. de Passivos		
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Variações Patrimoniais Aumentativas a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	41.672.291,65	63.882.582,82
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	313.636,38	4.519.682,95
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	48.022.247,17	69.098.098,05
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos		
Remuneração a Pessoal	0,00	0,00
Encargos Patronais	6.002,55	6.030,68
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por:
Acesse em: https://stece.ce.gov.br/validarDocMAYARA DA SILVA DIAS
CPF: 090.909.100-00
CNPJ: 08.818.211-00
Código de Verificação: 080866489



Estado de Pernambuco

Fundo Previdenciario do Municipio de Igaracy

C.N.P.J.: 05.480.417/0001-12

PC ANTONIO RABELO

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP

ANEXO 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - ANALÍTICO - DCASP

DEZEMBRO/2022

Documento Assinado Digitalmente
Acesse em: <https://stece.ice.pe.gov.br/validador>**Demonstração das Variações Patrimoniais - Modelo Analítico**

Nota	Exercício Atual 31/12/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Aposentadorias e Reformas	5.838.060,55	4.626.110,44
Pensões	475.117,77	396.942,20
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	
Benefícios Eventuais	0,00	
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	1.049,22	530,10
Serviços	139.382,54	132.260,10
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	
Juros e Encargos de Mora	0,00	
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	
Aportes ao Banco Central	0,00	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	204,25	6.111,10
Transferências e Delegações Concedidas		
Transferências Intragovernamentais	0,00	
Transferências Intergovernamentais	0,00	
Transferências a Instituições Privadas	0,00	
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incor. de Passivos		
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	103.527,12	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	380.935,64
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Custo das Mercad. e Prod. Vend., e dos Serviços Prest		
Custos das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	28.195.147,04	75.935.937,02
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	34.758.491,04	81.478.820,08
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	13.263.756,13	(12.380.722,03)



Estado de Pernambuco

Fundo Previdenciario do Municipio de Igaracy

C.N.P.J.: 05.480.417/0001-12

PC ANTONIO RABELO

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP

ANEXO 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - ANALÍTICO - DCASP

DEZEMBRO/2022

Demonstração das Variações Patrimoniais - Modelo Analítico

Nota	Exercício Atual 31/12/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
------	-------------------------------	----------------------------------

Fonte: Fundo Previdenciario do Municipio de Igaracy

Lucenildo Vinicius Silvino dos
Santos
Contador
CRC-PE Nº 25.835/O



Documento Assinado Digitalmente por: MAYARA SILVA DE ARAUJO, LUCENILDO VINICIUS SILVINO DOS SANTOS
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/validadaDoc.seam> Código do documento: e3b61be5-44bc-4aa5-ae4a-a0fe2f086d39



Demonstração das Variações Patrimoniais
Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64

a) Informações gerais:

Nome da entidade: FUNPREVI – Fundo Previdenciário do Município de Igaracy
CNPJ: 05.480.417/0001-12
Domicílio da entidade: Praça Antonio Rabelo, 02 Centro - Igaracy
Natureza Jurídica: O Fundo Previdenciário do Município de Igaracy, concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil, Fundo Público Municipal, possui como atividade principal seguridade social obrigatória. Sua fonte financeira deriva das receitas correntes de contribuições sociais, receitas intraorçamentária correntes, receitas patrimoniais e demais receitas correntes.
Dados do gestor/ordenador de despesas: Mayra Silva de Araujo Cargo: Diretor/Presidente CPF: 074.273.024-78 Período da gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022.
Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Lucenildo Vinicius Silvino dos Santos CRC: 025.835/O CPF Nº 510.891.064-91
Abrangência de entidades na consolidação das demonstrações contábeis Esta demonstração contábil abrange única e exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Igaracy – PE.

b) Resumo das políticas contábeis significativas:

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Esta demonstração contábil foi elaborada em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pela Portarias STN/SOF nº 117 de 28 de outubro de 2021 e portaria nº 1.131 de 04 de novembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição. Os procedimentos de registros, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com implementação dos procedimentos patrimoniais com a integração dos procedimentos aos demonstrativos contábeis. Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.



Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributarias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas:

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2022 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008 com atualização a posterior através da Norma Brasileira de Contabilidade nº 7 de 22/09/2019. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os registros contábeis foram realizados sobre o regime de competência como determinam as NBCASP.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

No exercício de 2022 foram evidenciados de forma segregada as demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP. O grande objetivo destas importantes mudanças que nós propomos é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível, permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o seu adequado entendimento.

Julgamento pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto as Demonstrações das Variações Patrimoniais.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

Modelo de elaboração da DVP:

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultante ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo das variações patrimoniais foi o analítico.

Variações patrimoniais qualitativas decorrentes de incorporação de ativos, desincorporação de passivos, incorporação de passivos e desincorporação de ativos:

Não houve registro contábil de incorporação de ativos.
Não houve registro contábil de incorporação de passivos.
Não houve registro contábil de desincorporação de ativos.
Não houve registro contábil de desincorporação de passivos.

Variações patrimoniais aumentativas:

Corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.



- a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** – compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constituía sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada;
- b) Contribuições** – compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública;
- c) Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** – Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos;
- d) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** – Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros;
- e) Transferências e Delegações Recebidas** – Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior
- f) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos** – Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.
- g) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** – Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.
- As variações patrimoniais aumentativas no exercício de 2022 totalizaram em R\$ 48.022.247,17, não houve desincorporação de passivos no exercício.

Variações patrimoniais diminutivas:

Corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

- a) Pessoal e Encargos** – Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.
- b) Benefícios Previdenciários e Assistenciais** – Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.
- c) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** – Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc



d) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras – Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

e) Transferências e Delegações Concedidas – Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

f) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

g) Tributárias – Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

h) Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados – Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuadas nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

i) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

As variações patrimoniais diminutivas no exercício de 2022 totalizaram em R\$ 34.758.491,04, não houve incorporação de passivos no exercício.

As desincorporações de ativos no exercício somaram R\$ 0,00.

As VPD de constituição de provisões, no valor de R\$ 28.195.147,04, referem-se ao resultado entre a Avaliação Atuarial de 2022 e a Avaliação Atuarial anterior, decorrentes de estudos atuariais elaborados em cumprimento a legislação.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

Não houve valores que indiquem ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de *impairment*.

Baixa de investimentos:

Não houve registro de baixas de investimentos.

Constituição ou reversão de provisões:

A reversão de provisões de ajustes de perdas para equilíbrio atuarial do RPPS foi no valor de R\$ 41.672.291,65 baseado nas informações da Avaliação Atuarial de 2022.

Desvalorização e perda de ativos:

Houve desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos nos registros contábeis para o exercício de 2022, no valor de 103.527,12.

Resultado econômico (patrimonial) do exercício:

O resultado patrimonial do exercício de 2022 totalizou em R\$ 13.263.756,13. Enquanto no exercício anterior, ou seja, 2021, foi de R\$ -12.380.722,03, ocasionado pelo ajuste decorrente da Avaliação Atuarial.



Origem e destino dos recursos provenientes da alienação de ativos (art. 50, inciso VI da LRF):

Não houve alienação de ativos durante o exercício de 2022.

d) Outras informações relevantes:

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos em lei.

Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão dos usuários quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

e) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste demonstrativo, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao § 4º do art. 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Lucenildo Vinicius Silvino dos Santos

Contador – CRC 25.835/O

Mayara Silva de Araujo

Diretor/Presidente